



XIII Simpósio Integrado de Pesquisa FURB/UNIVILLE/UNIVALI

27 de agosto de 2015, Blumenau - SC

## PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014 -2024 – EXPECTATIVAS PAR ENSINO MÉDIO.

**Patricia Murara Stryhalski**

[murarapatricia@gmail.com](mailto:murarapatricia@gmail.com)

Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI

**Luciana Schroeder dos Santos**

[0045.lucianasantos@cneec.br](mailto:0045.lucianasantos@cneec.br)

Instituto Cenecista Fayal de Ensino Superior – IFES/CNEC

Agência financiadora (CAPES)

### **Eixo temático: Processos Educativos na Educação Básica**

**Resumo:** A urgência em colocar novos rumos a educação nacional, resultou em 2010 na Conferência Nacional da educação (CONAE). A conferência reuniu a sociedade civil, educadores, gestores, estudantes, pais e demais profissionais da educação de todo país. Essa movimentação em torno das discussões tinha o objetivo de resultar em um referencial para o Plano Nacional da Educação que, a princípio, deveria ter sido aprovado no ano de 2011, porém, não aconteceu e o novo plano ficou estabelecido para o período de 2014 a 2024. Considerando a dimensão do Plano Nacional da Educação, neste trabalho o ensino médio será tomado como objeto central para análise, ou seja, a meta 3 do Plano Nacional da Educação (2014-2024) em relação aos dados do censo da Educação Básica. Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é analisar as mudanças ocorridas no Ensino Médio correlacionando os dados do resumo técnico do censo da Educação Básica em relação às metas dos Planos Nacionais 2001-2011 e 2014-2024.

**Palavras-chave:** Educação básica; Ensino Médio; Plano Nacional de Educação.

### **1. Introdução**

Melhorar a qualidade do Ensino Médio no Brasil é um desafio. Os dados do censo da educação básica mostram que desde 2007 o número de matrículas no ensino médio se mantém. Em 2013 o número de matrículas era de 8.312.815 sendo que em 2007 esse número era de 8.369.369. Neste índice não estão as matrículas da Educação de Jovens e Adultos, ou seja, esse número vem se mantendo. Porém, na realidade, mais jovens deveriam estar em sala de aula.



Uma das grandes preocupações do ensino médio está relacionada ao elevado índice de evasão, metade dos jovens brasileiros estão fora da sala de aula. “Em 2006, segundo os dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD), aproximadamente 52% dos jovens inseridos na População Economicamente Ativa (PEA) não estudavam [...]” (KUENZER, 2010. p.866). O PNE 2010/2020 apresenta que as dificuldades enfrentadas ao longo do ensino fundamental e o desinteresse pelo modelo de ensino médio geralmente praticado no Brasil são comumente apontados como causadores da evasão escolar antes da conclusão dos estudos entre os jovens de 15 a 17 anos.

Sendo assim, com base no Plano Nacional da Educação o objetivo do artigo é analisar as mudanças ocorridas no Ensino Médio correlacionando os dados do resumo técnico do censo da Educação Básica em relação às metas dos Planos Nacionais 2001-2011 e 2014-2024. Diante do objetivo, o artigo será estruturado da seguinte forma: em primeiro momento se faz necessário um breve resgate histórico do ensino médio no Brasil e na sequência discorrerá-se sobre a proposta apresentada na Meta 3.

## **2. Metodologia**

O presente artigo é uma pesquisa qualitativa. Se caracteriza como uma análise documental na qual utilizou-se o Plano Nacional da Educação 2001-2011 e 2014-2024 cruzando com informações presentes no Censo da Educação Básica referente ao Ensino Médio. Examinou-se num primeiro momento o histórico do ensino médio no Brasil. Na sequência analisa-se as mudanças ocorridas no Ensino Médio correlacionando os dados do resumo técnico do censo da Educação Básica em relação às metas dos Planos Nacionais 2001-2011 e 2014-2024, mas especificamente sobre a Meta 3.

## **3. ENSINO MÉDIO NO BRASIL**

Antes de iniciar as discussões é indispensável que se tenha um breve resgate histórico da situação do Ensino Médio. Na República Velha o Ensino Médio era chamado de Ensino Secundário, a dualidade entre o ensino propedêutico, que significa referente ao ensino ou conhecimentos mínimos necessários, era somente para a elite,

enquanto que o Ensino Profissional era voltado para os menos favorecidos. Essa diferenciação entre as classes sociais e o ensino persistiu por muito tempo até a promulgação da LDB de 1961. A partir desta, o ensino profissional também dava acesso ao Ensino Superior, que até então não era o que acontecia. “O ensino médio tem sido historicamente, seletivo e vulnerável à desigualdade social”. (NASCIMENTO, 2007, p. 78). O ensino médio etapa final da educação básica, tem dois grandes objetivos, desenvolver o educando para o exercício da cidadania e preparar para o trabalho conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Nos primórdios da educação de nível secundário, hoje conhecido como ensino médio, somente as elites tinham acesso a educação. Nesse sentido Gonçalves afirma: “A educação nunca é neutra nem apolítica, pois envolve interesses que extrapolam o âmbito escolar”. (GONÇALVES, 2005, p.13). No início do século XIX havia poucos indícios de escolas de ensino secundário, e as poucas escolas que tinham foram fechadas, o que resultou em prejuízo também para as elites. Conforme Santos (2010) as primeiras instituições de ensino foram Ateneu em 1835 e Liceus em 1836. Essas escolas como Liceus eram voltadas para a Educação Masculina e as escolas Normais se dedicavam a educação feminina.

No Brasil, o Ensino Médio apresenta uma dualidade entre a formação geral e a formação para o trabalho.

Ao mesmo tempo, já não se entende possível a formação profissional sem uma sólida base de educação geral, exigindo-se a superação da ruptura historicamente determinada entre uma escola que ensine a pensar, por intermédio do domínio teórico-metodológico do conhecimento socialmente produzido e acumulado, e uma escola que ensine a fazer, pela memorização de procedimentos e do desenvolvimento de habilidades psicofísicas; em decorrência, a acumulação flexível demanda a superação de um paradigma dual [...] (KUENZER, 2000, p.18).

A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, busca enfatizar além das diretrizes que estabelece para a educação básica como um todo, fixar diretrizes específicas para os currículos do ensino médio. O Artigo 35 da LDB dá conteúdo concreto ao caráter básico da educação média. Estabelecendo suas finalidades e conceituando-o como o coroamento da formação, a que todos têm direito, para continuar

estudando e aprendendo para trabalhar e pertencer autonomamente à comunidade local e nacional.

O parágrafo II do mesmo artigo estabelece que o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. E o parágrafo quarto explicita que a preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional. Por um lado é necessário dar continuidade aos estudos, mas por outro é indispensável preparar para o mundo do trabalho, pois a competitividade exige preparação para assumir uma posição no mercado de trabalho, seja este público ou privado.

O Ensino Médio como etapa final da Educação Básica tem por objetivo principalmente contribuir para o desenvolvimento no trabalho e nos estudos. Essa afirmação não existe somente a partir da LDB, conforme afirma Ramos (2012):

A consolidação dessas finalidades do ensino médio, como etapa final da educação básica, supera o modelo em vigor no Brasil, desde 1971, que admitia dois percursos relativos à formação escolar em nível secundário: uma formação de caráter propedêutico, destinada a preparar o educando para acesso a níveis superiores de ensino e uma formação de caráter técnico profissional, integrada ao ensino secundário e dele indissociada tanto em relação ao percurso formativo quanto ao título conferido (um único diploma, relativo à conclusão do ensino secundário e da habilitação técnica). (RAMOS, 2012, p. 1).

A LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 22 apresenta a ideia de que a Educação básica tem por finalidade desenvolver o educando para o exercício da cidadania e fornecer meios para que este se desenvolva no trabalho e em estudos posteriores.

No decorrer da história do Ensino secundário, hoje conhecido como ensino médio, pouco tem avançado, embora se caminhe para mudar essa realidade. Kuenzer (1989, p.22) já falava em 1989 “que pouco se tem avançado na compreensão da função social do ensino de 2º grau, e em, decorrência, na concepção de uma proposta pedagógica que permita sua viabilização”. Hoje persiste certa incerteza de que rumos o ensino médio irá tomar.

Nesse sentido, se faz necessário, uma reflexão sobre o que está se fazendo para essa etapa da Educação Básica. O Plano Nacional da educação apresenta alguns rumos para o ensino médio. Diante disso é válido comparar o que mudou em relação ao Plano de 2001-2011 para o Plano 2014- 2024, utilizando alguns dados referentes ao censo da Educação Básica para esta modalidade.

## **AVALIAÇÃO DO PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO (2001-2011)**

Considera-se relevante antes de discutir o Plano Nacional (2014 -2024), analisar o Plano Nacional correspondente ao período de 2001 a 2008. O PNE (2001 – 2011) entrou em vigor através da Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Vale salientar que o Plano Nacional da Educação passou a ser imperativo a partir do Plano 2001 – 2011, anteriormente também eram feitos Planos Nacionais, porém, o governo tinha opção de dar ou não ênfase ao plano. Conforme aponta o documento de avaliação do Plano Nacional (2001/2008) o ensino médio cresceu significativamente nos anos de 1990 correspondendo ao dobro de matrículas entre 1994 a 2000, porém, na década atual houve redução expressiva.

Segundo a avaliação do Plano Nacional referente ao período de 2001-2008, houve significativos recursos para aumento e permanência dos alunos entre 15 e 17 anos na escola, a exemplo os programas Promed e Prodeb. O primeiro com intuito de melhoria e expansão do Ensino Médio e o segundo destinado aos estados com menos recursos. A implementação do FUNDEB também foi considerada um grande avanço para universalização do Ensino Médio. Esses programas fazem parte de quase todas as metas previstas para o Plano 2001-2011.

Segundo Amaral (2012) em 2008 o Brasil possuía 9.833.000 pessoas na faixa etária de 15 a 17 anos e em 2020 o País possuiria, nessa faixa etária, um total de 10.101.000 pessoas e em 2050, esse número cairia para 6.386.000 pessoas. Segundo o autor, no ano de 2020 deveríamos ter a oferta de 8.484.840 (84%) pelo setor público, o que exigiria um montante de R\$ 66,0 bilhões, considerando o custo-aluno-ano de R\$ 7.747,80. Mas, embora a universalização do Ensino Médio seja uma excelente iniciativa, será que os estados brasileiros estariam preparados para atender esse investimento e demanda de alunos?

Kuenzer (2010) apresenta que um dos motivos que explica em grande parte a ineficácia do Plano, diz respeito ao custo do aluno do ensino médio. Enquanto na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2004, este custo equivalia a R\$ 13 mil, na Argentina e no Chile a R\$ 2 mil; no Brasil, em 2008, era de apenas 1,5 mil.

Souza; Oliveira (2012) consideram que um dos fatores que contribuíram para o fracasso do plano de 2001 a 2011 foi que a maioria dos municípios e estados não aprovou uma legislação que garantisse recursos suficientes para financiar uma educação de boa qualidade e que, a União também não o fez.

Ainda segundo os autores, para que a nova versão do plano não fracasse, as entidades ligadas à Educação defendem o argumento de que haja a determinação clara da origem dos recursos e da área em que devem ser investidos.

Na Conferência Nacional de Educação (CONAE 2014), uma das propostas aprovadas por ampla maioria no eixo que debateu o financiamento foi a implantação do Custo Aluno-Qualidade (CAQ). A intenção do mecanismo, idealizado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, é estabelecer um valor mínimo a ser investido por aluno em cada etapa e modalidade de ensino, devendo ser considerado nos cálculos os insumos como a capacitação dos professores, a infraestrutura da escola e outras variáveis

O grande desafio da Meta 3 do Plano Nacional 2014-2024 é universalizar até 2016 o atendimento escolar para alunos com faixa etária de 15 a 17 anos e elevar a taxa de matrícula para 85%. Os dados do resumo técnico do censo da Educação Básica (2013) apontam que o número de matrículas se mantém estável desde o ano de 2007.

Uma questão apontada pelo censo da Educação Básica (2013), que também é mencionada no Plano Nacional 2014-2024 é a questão da correção de fluxo. Essa correção, ocorre na transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio. O resumo técnico aponta que a estabilidade nas matrículas pode ser resultante da forma ineficaz de captar os alunos que concluem o Ensino Fundamental, o documento aborda ainda que faltam políticas que estimulem os jovens a progredir nos estudos.

Uma forma de incentivar seria o ensino médio integrado a educação profissional, também proposto pelo Plano atual. Kuenzer (2000) nos faz lembrar que em meados de 1999, o Mec anuncia uma propaganda no qual afirmava que o ensino médio agora é para

a vida. Propaganda essa advinda pela desarticulação do ensino médio com o ensino profissional. Com a promulgação do Decreto 2.208/97 o ensino médio integrado foi extinto. Essa regulamentação parecia insinuar que o trabalho estava desarticulado da vida produtiva.

Nesse sentido Tedesco apud Kuenzer (2000) afirmam que a “Educação para a vida” e a Educação Profissional seriam uma forma complementar a educação básica. “Essa identidade permitiria superar a dicotomia entre os ideais de formação humana , que perderiam seu caráter abstrato, e as demandas da produção, que por sua vez se humanizariam.” (TEDESCO apud KUENZER, 2000, p.32)

Em 2004 com a revogação do Decreto 2208/97 e promulgação do decreto 5154/04 a integração do ensino médio volta a acontecer, sendo que o Plano Nacional da Educação atual menciona a importância dessa integração, falando de triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a expansão de pelo menos 50% de matrículas do ensino médio integrado a educação profissional. Em relação ao ensino médio integrado o Plano Nacional prevê a expansão de matrículas gratuitas de ensino médio integrado a Educação Profissional.

Segundo os dados do Censo 2013, em seis anos foi possível perceber um crescimento de 108% nas matrículas sendo que dobrou o número de matrículas do ensino profissional. Esses dados representam que os jovens que irão cursar o ensino médio terão mais oportunidades de aprender uma profissão. Entende-se, que a intenção do ensino médio não deve ser única e exclusivamente preparar para o mercado de trabalho, mas, é através da profissão é que o jovem irá construir sua vida, ter uma família um emprego e o fato de aprender uma profissão facilita para estas conquistas.

Tais novas formas de mediação passam necessariamente pela escolarização, inicial e continuada, com a construção de um novo projeto educativo que articule as finalidades de educação para a cidadania e para o trabalho com base em uma concepção de formação humana que, de fato, tome por princípio a construção da autonomia intelectual e ética, por meio do acesso ao conhecimento científico, tecnológico e sócio-histórico e ao método que permita o desenvolvimento das capacidades necessárias à aquisição e à produção do conhecimento de forma continuada. (KUENZER, 2000, p.19)

Parafrazeando as palavras de Kuenzer (2010, p. 865), a formação geral e educação profissional quando são compreendidas como forma de articulação entre ciência, cultura e trabalho elas se integram no sentido de proporcionar qualidade de ensino para aqueles que precisam do trabalho.

A estratégia 3.1 do Plano Nacional aborda a intenção de implantar um programa de renovação do Ensino Médio, com o propósito de incentivar práticas pedagógicas que visem articular teoria e prática, com currículos mais flexíveis e diversificados que integre ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte. Essa estratégia vem de encontro com a fala de Kuenzer (2010, p.868): “Há que construir uma proposta de ensino médio integrado que supere a mera justaposição dos componentes geral e específico dos currículos, sem cair no engodo de projetos com reduzida sistematização do conhecimento.” Ou seja, há muito que fazer para alcançar a qualidade do ensino médio, renovando seus currículos, estruturas e formação de professores que são a base para educação de qualidade.

#### **4. Considerações finais**

Considerando a dimensão do Plano Nacional da Educação, buscou-se discorrer sobre a meta 3 do PNE 2014-2024 relacionada ao ensino médio. O grande desafio da Meta 3 do Plano Nacional 2014-2024 é universalizar até 2016 o atendimento escolar para alunos com faixa etária de 15 a 17 anos e elevar a taxa de matrícula para 85%.

Acredita-se que será um grande desafio atingir a meta proposta para o ensino médio. As estratégias apresentadas para atingir a meta 3 parecem relevantes, tendo como o propósito de incentivar práticas pedagógicas que visem articular teoria e prática, com currículos mais flexíveis e diversificados que integre ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte. Porém, para atender a meta 3 e a demanda do ensino médio é imprescindível que se pense em políticas que revejam a proposta do ensino médio.

A dualidade que perpassa o Ensino Médio por décadas faz com que ainda não se tenha uma definição clara para esse nível de ensino. Além de políticas bem definidas, seria relevante a inserção de metas e indicadores de desempenho mais específicas. Embora o governo atual tenha investido em ensino médio integrado, uma proposta



interessante para que os jovens possam aprender uma profissão, ainda não é suficiente para a demanda de jovens no Brasil, mas, o Plano atual aborda a expansão.

O ensino médio além de preparar para a vida, também precisa preparar para o mercado, não única e exclusivamente, mas, é com uma profissão e através das relações de trabalho, que o jovem irá construir a sua vida. Essa integração requer muito investimento. Murara (2013) aborda em sua pesquisa a visão dos alunos egressos do Ensino Médio Articulado com a Educação Profissional em relação ao currículo, empregabilidade e prática docente.

Os resultados da pesquisa revelam que mesmo que independente de não seguirem a profissão que fizeram no ensino médio integrado, o curso foi imprescindível tanto para a vida como para o mercado.

Conforme aborda Kuenzer (2010), para que se tenha de fato a aplicação das metas e estratégias do Plano, em especial o ensino médio, busca-se mais evidências através de estudos diagnósticos e indicadores de acesso e permanência. O Ensino Médio carece de estudos e pesquisas que apontem os avanços bem como as suas fragilidades e limitações.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, N. O novo PNE e o financiamento da educação no Brasil: os recursos como um percentual do PIB - II Seminário de Educação Brasileira: os desafios contemporâneos para a educação brasileira e os processos de regulação. Campinas: CEDES, 2011. Disponível em: <[www.cedes.unicamp.br/seminario3/nelson\\_amaral.pdf](http://www.cedes.unicamp.br/seminario3/nelson_amaral.pdf)>. Acesso: 06 de março de 2015.

BRASIL. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001 – 2008. INEP. Brasília. 2009.

BRASIL. Lei no. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez. 1996. Seção 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Avaliação do Plano Nacional de Educação:2001-2008. Brasília, DF: MEC/INEP, 2009.

BRASIL. MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio. Brasília: MEC, 2000.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE), 2010, Brasília, DF. *Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias*. Brasília, DF: MEC, 2010.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE), 2014, Brasília, DF. O PNE na articulação do sistema nacional de educação. Brasília, DF: MEC, 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 5154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e das outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 26 de jul. 2004.

GONÇALVES, Nadia Gaio fatto. *Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação Brasileira*. Curitiba: IBPEX, 2005

KUENZER, Acácia Zeneida. **Caderno de pesquisa**. São Paulo: fevereiro de 1989.

KUENZER, Acácia Zeneida. O ensino médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 851-873, jul.-set. 2010.

KUENZER, Acácia Zeneida. O Ensino Médio agora é para a vida: Entre o pretendido, o dito e o feito. **Educação & Sociedade**, ano XXI, nº 70, Abril/00

KUENZER, Acácia Zeneida. O ensino médio no plano nacional de educação 2011-2020: superando a década perdida? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 851-873, jul.-set. 2010.

NASCIMENTO, Manuel Nelito M. Ensino Médio no Brasil: determinações históricas. Publ. **UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes**, Ponta Grossa, 15 (1) 77-87, jun. 2007. Disponível em: [http://www.uepg.br/propesp/publicatio/hum/2007\\_1/ManoelNelito.pdf](http://www.uepg.br/propesp/publicatio/hum/2007_1/ManoelNelito.pdf)

RAMOS, Marise Nogueira. O “novo” Ensino Médio à Luz de Antigos Princípios: Trabalho, Ciência e cultura. Disponível em: <http://www.senac.br/BTS/292/boltec292c.htm>.

SOUZA, Abreu Antônia. Oliveira, Gomes Eunice. O plano nacional de educação brasileira e a polêmica sobre o financiamento. **Revista Labor**, nº 8, v.1, 2012.

## **Agradecimentos**

A CAPES pelo incentivo financeiro.